

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 613 - Brasília, quinta-feira, 8 de janeiro de 1998

Comissão aprova contrato temporário de trabalho

Plenário concede urgência à matéria, o que permitirá sua apreciação na sessão de amanhã. Solução do governo para o desemprego é debatida por diversos senadores



MUDANÇAS EM DEBATE - Na Comissão de Justiça do Senado, Tuma, Tebet e Cafeteira ouvem Jucá (D) apresentar relatório sobre a reforma administrativa - que terá audiência pública. Página 3

Doação provoca debate

Dutra e Benedita cobram campanha de esclarecimento sobre doação de órgãos. Francelino lança cartilha sobre o tema. Página 6

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem o projeto de lei que institui o contrato temporário de trabalho. À tarde, o plenário aprovou requerimento das lideranças do governo para que a proposta seja votada em regime de urgência pelos senadores, o que permitirá a sua apreciação amanhã.

O contrato temporário e a questão das relações trabalhistas no Brasil foram amplamente debatidos em plenário por diversos senadores. Falaram sobre o tema Leomar Quintanilha, Romeu Tuma, Pedro Simon, Leonel Paiva, Eduardo Suplicy, Ramez Tebet, José Eduardo Dutra e Elcio Alvares.

Páginas 4 e 5

Uma "resposta salutar aos inimigos do Parlamento". Assim, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, classificou a presença, ontem, de 58 senadores em plenário. Além de votar três acordos internacionais, o plenário realizou a primeira sessão de discussão da proposta de emenda constitucional que estabelece regime especial de tratamento aos servidores militares.



Veja o andamento das matérias da convocação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romero Jucá	CCJ (concedida vista coletiva por 5 dias)
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Hoje, dia 8, segundo dia de discussão em 1º turno
Substitutivo da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pune a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	CE
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Discussão e votação amanhã, dia 9, pelo plenário
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	aguardando designação do relator	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Péres	CCJ
PLS 101/96	Cria região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	aguardando designação do relator	CCJ
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	CCJ
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	CAE
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	CAS (vista coletiva)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	CI
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)		Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	CCJ (aprovado parecer do relator)
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Lúcio Alcântara	CCJ

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães
 10h - Despacho interno
 11h30 - Recebe o diretor do Hospital Albert Einstein, Cláudio Luiz Lottemberg
 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
 17h30 - Recebe o ministro-chefe do Estado-Maior das

Forças Armadas (Emfa), general Benedito Onofre B. Leonel

PLENÁRIO
 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
 Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

Mauro homenageia a memória do ex-senador Benedito Ferreira

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) prestou ontem homenagem à memória do político e empresário Benedito Ferreira, falecido recentemente. De acordo com Mauro Miranda, "Benedito Ferreira imprimiu com cores vivas a sua passagem pelo Senado e serviu ao povo goiano com a mesma bravura que marcou toda a sua existência".

- Benedito Ferreira merece todas as nossas homenagens pelo homem incomum que soube ser, pela natureza vertical de sua vida pública, pela fidelidade aos princípios e crenças que adotou na intensa vida parlamentar de 16 anos como deputado e senador, e pelos exemplos de correção pessoal que deixou como promotor de desenvolvimento, nas suas atividades de comerciante e industrial - disse.



Mauro lembrou o exemplo

Mauro Miranda acrescentou que Benedito Ferreira não usou a política para melhorar os negócios e que, ao abandonar as atividades públicas, escolheu a filantropia como o seu novo campo de luta. "Criou uma fundação de amparo a idosos carentes e desenvolveu um amplo trabalho social em Goiás e Tocantins", frisou.

Senado aprova três acordos internacionais

Na primeira sessão deliberativa do período de convocação extraordinária, o plenário do Senado aprovou ontem três acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro. Eles tratam de cooperação científica com a Bolívia, de serviços aéreos com o Liba-

no e de cooperação cultural e educacional com a Síria.

Obteve ainda aprovação do plenário o texto do convênio para a cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em outubro de 95, na Argentina.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Comissão de Constituição e Justiça deve ouvir o ministro da Administração, Bresser Pereira, no próximo dia 14. A proposta de reforma, tal como veio da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do relator

Reforma administrativa terá audiência pública

O presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu ontem vista coletiva, pelo prazo de cinco dias, à emenda da reforma administrativa, que deverá ser votada pela comissão no dia 15. A proposta recebeu parecer favorável do senador Romero Jucá (PFL-RR), que opinou pela manutenção do texto votado na Câmara dos Deputados e pela rejeição das 33 emendas apresentadas.

No próximo dia 14, a CCJ fará audiência pública sobre a matéria, com a participação do ministro da Reforma do Estado e da Administração, Bresser Pereira, do ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, do professor Celso Antonio Bandeira de Mello, da PUC de São Paulo, e do procurador do Banco Central, Erasto Villa-Verde Filho.

Na sessão de ontem, a CCJ discutiu durante mais de uma hora preliminar suscitada pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Dutra queria que a audiência pública, proposta em requerimento de sua autoria aprovado por unanimidade pela comissão em dezembro passado, fosse realizada antes da apresentação do parecer de Jucá. Mas o relator explicou que havia tomado a decisão política de apresentar o relatório na primeira reunião da CCJ da convocação extraordinária do Congresso para "sinalizar para a sociedade que o Senado quer e vai votar a reforma administrativa". O relator disse também que não precisava ouvir o ministro Bresser para definir seu parecer.

Participaram da discussão sobre a preliminar os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Josaphat Marinho (PFL-BA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Freire (PPS-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além

do líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES). Os senadores da oposição criticaram a proposta com que o governo quer votar a reforma administrativa, e defenderam o direito de o Senado apreciar detalhadamente a matéria. Já Elcio Alvares sustentou que "não se está fazendo nada de forma açodada", que haverá prazo para a apresentação de emendas e que mais de 80% dos membros da CCJ já tinham opinião formada sobre o assunto.

Após as diferentes intervenções, Tebet informou que o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), havia enviado ainda em dezembro convocação ao ministro e convite aos demais nomes sugeridos no requerimento de Dutra para a

audiência pública, tendo confirmado as presenças para o próximo dia 14. Tebet decidiu então que o requerimento do líder do Bloco Oposição deveria ser cumprido, já que havia sido aprovado, mas não era "peça imprescindível" à apresentação do relatório.

Dutra não aceitou essa "tentativa de conciliação" proposta pelo presidente em exercício da CCJ. Segundo o líder do Bloco Oposição, as pessoas convida-

das para aquela audiência poderiam dar uma contribuição importante até mesmo para a elaboração de eventuais votos em separado, o que não aconteceria se a audiência fosse mantida para o dia 14 e a votação para logo depois. Ele recorreu ao plenário da decisão de Tebet de permitir a apresentação do relatório de Jucá já na primeira reunião da comissão, mas perdeu por 12 votos a cinco.

Jucá acrescentou que a sociedade brasileira, que sustenta tal estrutura, não tem, como contrapartida, a prestação de serviços públicos de qualidade. Lembrou que são conhecidas as deficiências do Estado brasileiro na oferta à população de serviços essenciais, e afirmou que os servidores públicos são vítimas dessa situação: desprestigiados, desmotivados e objeto de crítica de setores da sociedade que lhes atribuem a responsabilidade pela má qualidade dos serviços públicos.

"É necessário modernizar a administração", diz Jucá

Em parecer de nove páginas sobre a emenda da reforma administrativa, o senador Romero Jucá afirma que a proposta não é uma solução mágica e instantânea para a grave crise da administração pública brasileira, mas é o primeiro passo para encaminhar uma solução.

- Parece-nos claro que o caminho indicado por esta proposta de emenda à Constituição aponta na direção correta: é necessário fortalecer a carreira do servidor público, estimular a sua formação e o seu aperfeiçoamento profissional, modernizar a administração pública brasileira para torná-la capaz de oferecer à sociedade serviços públicos com eficiência e presença - salienta.

Para Romero Jucá, a realidade atual do funcionamento do aparelho do Estado mostra "a ocorrência sistemática de vícios graves, decorrentes de



Jucá: reforma é primeiro passo

um modelo de administração que, antes de superar a herança patrimonialista, afundou-se no burocratismo, na ineficiência, no marasmo".

- De outra parte - prosseguiu o relator -, a crise fiscal do Estado brasileiro tem, como uma de suas faces, como vem sendo repetido por muitos estudiosos, o excesso de gastos que a manutenção da atual máquina implica. Máquina esta

que, mesmo onerosa, segue ineficiente.

Torna-se necessário, assim, instituir um sistema que estimule a prestação de serviços de qualidade e propicie, mediante estímulos e também por meio de avaliação de desempenho, a atuação eficaz do servidor público, em benefício do cidadão - observou.

Esses recursos destinam-se à cobertura de despesas com a folha de pagamento dos empregados efetivamente transferidos, por sucessão trabalhista, da Superintendência de Trens Urbanos de Recife, vinculada à CBTU, para a Copertrens, criada especificamente para operar o sistema de trens urbanos da capital pernambucana.



Senadores discutem o encaminhamento da votação

Aprovado parecer sobre repasse para Copertrens

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Roberto Freire (PPS-PE) favorável a projeto de autoria do Executivo que autoriza o Ministério dos Transportes, por meio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a repassar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco (Copertrens) recursos da ordem de R\$ 45 milhões/ano até junho de 2001.

Esses recursos destinam-se à cobertura de despesas com a folha de pagamento dos empregados efetivamente transferidos, por sucessão trabalhista, da Superintendência de Trens Urbanos de Recife, vinculada à CBTU, para a Copertrens, criada especificamente para operar o sistema de trens urbanos da capital pernambucana.



Freire: parecer favorável

Por 14 votos a favor, quatro contra e duas abstenções, a comissão aprovou o parecer que será votado em plenário amanhã, graças a pedido de urgência feito pelas lideranças governistas

CCJ aprova contrato temporário

Por 14 votos a favor, quatro contra e duas abstenções, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida interinamente pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), aprovou ontem o parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto de lei do Executivo que institui o contrato temporário de trabalho sem algumas das limitações hoje impostas pela CLT.

A proposta, conforme o relator, ao contrário do que afirmam seus críticos, não aumentará o desemprego no país. Caso aprovado, o projeto possibilitará o trabalho por tempo determinado mediante convenções ou acordos coletivos, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa para admissões que representem acréscimos no número de empregos, ressaltou Tuma.

OPOSIÇÃO DISCORDA

A matéria, que já havia sido aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, onde foi relatada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), condiciona a adoção do contrato temporário de trabalho à aprovação da medida por assembléia realizada pela categoria para a qual se pretende adotá-lo. Este, segundo José Fogaça (PMDB-RS), é o ponto decisivo da proposta do Executivo.

Mediante votos em separado, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) posicionaram-se contra a proposta. Para Dutra, ela poderá acarretar sérios prejuízos à classe trabalhadora. Ele lembrou que países como a Argentina e a Espanha revogaram a flexibilização dos contratos trabalhistas ao constatarem que, em lugar de di-

minuir, essa medida aumentou as taxas de desemprego.

O aspecto mais condenável do projeto, segundo Josaphat Marinho, está na sua "inconstitucionalidade, além de se tratar de matéria injusta e inoportuna". Também contestando a eficácia da proposta, o senador Roberto Freire (PPS-PE) alertou que não será por meio do contrato temporário que o Brasil resolverá "o grave problema do desemprego".

De acordo com Freire, a questão deverá ser equacionada através do crescimento econômico do país.

Por sua vez, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) observou que "o governo está querendo fazer uma colher para colocar água em um coador furado".

Trata-se, no entender de Amin, de um equívoco a versão corrente de que os encargos trabalhistas representam a principal dificuldade para tornar a economia

brasileira competitiva.

Nesse sentido, ele citou o exemplo da Alemanha, que, apesar de ser o país que mais gasta, no mundo, com encargos trabalhistas, é o maior exportador do planeta, pois 26% do seu Produto Interno Bruto (PIB) se constituem da venda dos seus produtos para outros países.

DANO À RECICLAGEM

Já o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou para o desinteresse na reciclagem da mão-de-obra que a aprovação do projeto do Executivo poderá causar, uma vez que "nenhum empresário terá motivo para investir em trabalhadores que poderão não permanecer em sua empresa".

No entanto, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), chamou a atenção dos seus pares para o fato de que, antes de ser enviado ao Congresso, o projeto mereceu "uma longa e profunda análise do ministro do Trabalho e sua equipe".

Elcio lembrou que, ao ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, a proposição recebeu 15 votos a favor e apenas três contra.



Entre Romeu Tuma (E) e Romero Jucá, Ramez Tebet presidiu a sessão de ontem, que aprovou o parecer do primeiro

Leonel: legislação é autoritária

Leonel propõe atualizar relações trabalhistas

A legislação trabalhista brasileira precisa ser alterada rapidamente, ou o Brasil não terá condições de atender às novas exigências do mundo tecnológico, afirmou em discurso, ontem, o senador Leonel Paiva (PFL-DF), ao comentar os resultados do I Seminário Internacional sobre Relações de Trabalho, realizado recentemente.

Ele lembrou que a legislação do trabalho no país já tem meio século, oriunda de uma época em que o Estado era autoritário, "o que não condiz mais com a nossa realidade" democrática.

Como resultado, acentuou, temos leis paternalistas, detalhistas e sem flexibilidade, onde a tradição "é a de que o empregador é o explorador e o empregado, o explorado".

Em meio a esse ambiente, conforme Leonel Paiva, as relações do trabalho no Brasil acabaram orientadas "mais para o lado conflitivo do que para o lado do diálogo negociado".

- Como consequência, temos que a Justiça do Trabalho passa a ser o único recurso para a solução dos conflitos trabalhistas, motivo pelo qual transformou aquela corte, sob meu ponto de vista, em um dinossauro que mais tem travancado as questões do que solucionado, retardando inclusive a assimilação cultural do saudável processo de negociação entre as partes - observou o senador pelo Distrito Federal.

Leonel Paiva apontou caminhos que ele considera fundamentais para a modernização das relações trabalhistas no país: maior autonomia sindical, eliminação das restrições que a CLT impõe à negociação coletiva de trabalho e permissão para os contratos por prazo temporário.

Urgência permite votação em plenário amanhã

O plenário aprovou ontem requerimento das lideranças do governo para que o projeto do contrato temporário de trabalho seja votado em regime de urgência. A proposta constará da Ordem do Dia de amanhã para discussão e votação.

A pedido do senador José Eduardo Dutra, líder do Bloco Oposição, o requerimento foi votado nominalmente, recebendo 34 votos favoráveis e 12 contrários, com duas abstenções. O líder do governo no Senado, Elcio Alvares, disse que o projeto é importante para o país a fim de manter o nível de emprego e defendeu a ur-

gência.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou, durante a votação do requerimento, que a presença de 58 senadores no plenário, era uma resposta "salutar aos inimigos do Parlamento".

Ontem foi o primeiro dia de discussão, em plenário, da proposta de emenda constitucional que estabelece regime especial de tratamento aos servidores militares, diferenciando-os dos servidores civis em termos de salários, deveres, obrigações e prerrogativas. A proposta deverá ser votada na próxima terça-feira.

Senador reconhece esforço governamental, mas cobra medidas com resultados imediatos, como o fortalecimento da agricultura, da construção civil e do garimpo manual

Solução para o desemprego é "tímida", alerta Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem que o projeto sobre contrato temporário de trabalho consiste num esforço do governo para ampliar a oferta de empregos e reduzir a mão-de-obra ociosa no Brasil, mas, em sua opinião, essa é uma solução ainda tímida, "porque o desemprego continuará assombrando a maioria dos lares brasileiros".

- Conforme o senador, não só os jovens, mas também os pais de família, estão cada vez mais se vendo desempregados e perambulando pelas ruas em busca de sustento para suas famílias. "Isso tem levado ao deses-



Quintanilha cobra mais empregos

pero e, não por acaso, os índices de violência atingiram patamares nunca antes conhecidos", comentou.

Quintanilha observou que estão crescendo os assaltos a

ônibus, quando é sabido que esses veículos não transportam somas expressivas. Como exemplo do recrudescimento da violência, também disse que trabalhadores modestos estão sendo alvos de assaltos, e considerou imperativo que o Senado reflita sobre essa situação.

Ele pregou a necessidade de o governo buscar alternativas urgentes para a sociedade, e criticou o tratamento dado à agricultura, que em sua opinião está servindo sobretudo para expulsar o homem do campo. Ele lembrou que a atividade rural é subsidiada em qualquer lugar do mundo, enquanto no Brasil o governo autoriza a

importação de produtos agrícolas, propiciando mais desemprego no campo.

Também disse que o Brasil tem uma área imensa e capaz de gerar empregos, e sugeriu a abertura de postos de trabalho na construção civil e no garimpo manual. Conforme Quintanilha, à época em que se garimpava manualmente o desemprego no Brasil não era um problema tão grave. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Leonel Paiva (PFL-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apartearam, para se manifestar também preocupados com o crescimento dos índices de desemprego.



Otoniel vê barreiras a vencer

Otoniel destaca desafio político para consolidar a democracia

Ao fazer uma análise das perspectivas do país para 1998, o senador Otoniel Machado (PMDB-GO) disse ontem em discurso no plenário, que dois desafios deverão ser enfrentados para consolidar a democracia brasileira: superar as dificuldades inerentes ao processo de integração do país à economia mundial e realizar eleições gerais. "com a possibilidade inédita de reeleição para os detentores de cargos do Poder Executivo".

O senador frisou que o PMDB está consciente de sua responsabilidade histórica e que dará seu apoio às reformas reclamadas pelo país. Até junho, acrescentou, o partido estará em condições de integrar a ampla aliança em torno da reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

Quanto à criação de condições favoráveis à integração do país ao mercado internacional, o senador salientou a importância da aprovação das reformas constitucionais e, no âmbito do Senado, a aprovação do contrato temporário de trabalho e do projeto que tipifica a lavagem de dinheiro como crime.

No que diz respeito às eleições, Otoniel Machado alertou que a população não mais tolera "artimanhas eleitorais, chicanices, discursos vazios, demagogia e abusos do poder econômico e de autoridade", de modo que o Congresso deve também atuar no sentido de impedir que esses tipos de desmandos prosperem.

Suplicy lamenta que o governo só tenha se preocupado com alíquotas

O projeto de lei que institui o contrato de trabalho por tempo determinado não soluciona a questão do desemprego no país, disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao justificar o seu voto contrário ao requerimento de urgência para a matéria, aprovado pelo plenário.

Na opinião de Suplicy,



Suplicy: projeto mais avançado

o Senado poderia ampliar os debates em torno do projeto. Para ele, ao encaminhar a proposta ao Legislativo, o governo teria se preocupado mais em diminuir o que classificou de "algumas alíquotas", como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a propor acordos e convenções sobre trabalho.

- O projeto não avançou, e poderia ser aperfeiçoado de acordo com o que há muito é adotado em outros países - disse.

Suplicy lamentou que o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, autor da proposição que cria o contrato temporário, e os ministros da área econômica "ainda não se sensibilizaram quanto à necessidade de o governo adotar um programa de renda mínima para todos os brasileiros".

Tebet pede política mais efetiva contra desemprego

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou ontem que é possível implantar políticas efetivas para diminuir o desemprego no Brasil mediante incentivos, por exemplo, à construção civil, ao turismo e à agricultura. Em relação ao contrato temporário de trabalho, Tebet afirmou que se trata de uma ferramenta para reduzir o desemprego, mas, a seu ver, o problema "transcende o campo jurídico".

Para o senador, a construção civil precisa ser estimulada, pois, segundo ele, o setor já demonstrou que gera milhares de empregos. Em relação à agricultura, Tebet defendeu a redução da taxa de juros para essa atividade econômica como forma de incentivar a produção agrícola, o que diminuiria o desemprego.

- Também não temos uma política para desenvolver as potencialidades turísticas do nosso país, sendo que o turismo é a indústria que mais emprega no mundo. É mais barato fazer turismo no exterior do que no Brasil, pois as passagens áreas nacionais estão entre as mais caras do mun-



Ramez Tebet: estímulo à construção

do. As divisas que são gastas em outros países deveriam ficar aqui no Brasil - ponderou.

Ramez Tebet comentou ainda a reunião da manhã de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, conforme informou, contou com a presença maciça dos membros dessa comissão. "Tive a honra de presidir a primeira reunião da CCJ na convocação extraordinária", disse o senador, lembrando que a comissão aprovou parecer favorável ao projeto de contrato temporário de trabalho e discutiu a reforma administrativa.

Há muita desinformação sobre a lei, o que, segundo a senadora, provoca o "apavoramento" registrado nos jornais nos últimos dias

Benedita: campanha deve esclarecer doação de órgãos

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a necessidade de o governo federal realizar, com urgência, campanhas de esclarecimento sobre a nova lei de doação de órgãos. No seu entender, o "apavoramento" dos brasileiros registrado pelos jornais nos últimos dias é consequência da desinformação e de "palavras técnicas que dificultam o entendimento pela população da importância da doação de órgãos".

- Ninguém vai sair matando as pessoas para retirar seus órgãos. É preciso acreditar que existe tecnologia adequada para analisar se houve ou não morte cerebral e que os cadáveres são examinados por especialistas para saber se existe algum ris-



Benedita: ninguém será morto

co na doação - friso a senadora, lembrando que, embora a lei parta do princípio de que todos são doadores em potencial, a decisão de doar ou não é um direito do cidadão no qual a nova lei não está

interferindo.

Benedita da Silva chamou atenção para o crescimento do número de doadores na Inglaterra, explicando ter sido resultado de uma séria campanha de informação da população. "Precisamos aproveitar a solidariedade do povo brasileiro e dar as explicações necessárias", defendeu.

A senadora lembrou a "situação dramática" das clínicas oftalmológicas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília, onde existem centros cirúrgicos equipados para realizar transplantes de córneas - o número de pacientes à espera da operação é enorme, mas o número de doadores é mínimo. "É egoísmo quereremos preservar algo que os vermes vão destruir", afirmou.



Francelino: maioria da população era favorável

Francelino explica, em cartilha, o teor da nova legislação

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem, em plenário, que está divulgando, no seu estado, uma cartilha com o teor da lei da doação presumida de órgãos, além da sua regulamentação e de pronunciamentos feitos por ele sobre a questão.

Francelino lembrou que, na época em que foi aprovada a lei, a maioria da população era favorável à doação presumida, porém, com a proximidade da vigência da legislação, houve um debate maior sobre o assunto e, a seu ver, muitas pessoas passaram a não acreditar na organiza-

ção do processo de doação, o que causou preocupação na sociedade.

- É verdade que a lei recomendava que a sua aplicação deveria ser precedida por uma campanha de esclarecimentos por parte do governo federal, mas a mídia cobriu bem o assunto e fez a comunicação necessária. A minha expectativa é que a divulgação da lei e da sua regulamentação faça com que a população veja que a decisão tomada pelo Congresso é a mais correta e que a lei é melhor para os mais pobres - disse Francelino Pereira.

Dutra diz que direito do cidadão não sofreu qualquer mudança

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que o Legislativo foi competente em aprovar a lei de doação de órgãos, mas faltou ao governo fazer a necessária campanha esclarecedora dos efeitos desse texto legal para a população. Ele entende que a preocupação da sociedade com essa lei é consequência da falta de vontade do governo em esclarecê-la.

- A lei que aprovamos estabelecia a obrigatoriedade de o poder público fazer campanha de esclarecimento e de incentivo à doação. A campanha não foi feita porque seguramente não dá voto, não contribui para a reeleição, não está no plano Brasil em Ação - argumentou o senador.

Um dos autores da lei, Dutra observou que o principal objetivo dessa iniciativa era desburocratizar a doação de órgãos no Brasil,



Dutra: lembrando Darcy Ribeiro

visto que estatísticas mostravam que 70% da população se interessavam em fazer doação, mas 90% desse universo não sabiam como proceder.

E agora, com o baixo nível de esclarecimento da população, segundo José Eduardo Dutra, predomina a idéia de que quem não renovou a carteira de identidade está, obrigatoriamente, na situação de doador. Ele explicou que qualquer cidadão pode, a qualquer tempo, pedir para registrar no documento de identidade que

não é um doador.

- Grande parte da dificuldade vem da desconfiança da população com o Estado - afirmou ainda o senador, explicando que a lei veio exatamente para impedir a prática de crimes como o comércio de órgãos. Lembrando que havia diferentes listas para doação na rede pública e na privada, Dutra disse que, com a nova lei, haverá uma lista única, o que propiciará mais garantia contra irregularidades.

O senador recordou as palavras do ex-senador Darcy Ribeiro sobre as dificuldades enfrentadas no Rio de Janeiro quando Osvaldo Cruz obrigou a população a vacinar-se contra a febre amarela. E observou que, da mesma forma, daqui a alguns anos a população brasileira vai encarar como perfeitamente natural a doação presumida de órgãos.

"Continuamos donos e senhores do nosso corpo"

Os textos da legislação que permite e regulamenta a doação presumida de órgãos para fins de transplantes foram reunidos na publicação do senador Francelino Pereira destinada às prefeituras e entidades ligadas ao setor de saúde de Minas Gerais.

Na apresentação, Francelino afirma que o Brasil assumiu "uma posição de vanguarda" ao permitir que todos os cidadãos sejam doadores presumidos, "sem distinção de raça, cor ou credo", a menos que declarem a condição de não-doador em um documento de identidade. Ele enfatiza, entretanto, que "não há compulsoriedade".

- Continuamos, como sempre, donos e senhores absolutos do nosso corpo e somente nós, e mais ninguém, temos o direito de dispor dele, na vida ou na morte - afirma em um

SENADOR FRANCELINO PEREIRA



dos discursos que reproduziu no livreto esclarecendo aspectos da nova lei. "Quantos maior for a divulgação dos textos legais, inclusive junto à comunidade dos serviços oficiais e privados de saúde, maior será a chance da doação sair do papel para o exercício do dia-a-dia", defende.

O estágio de universitários em regiões carentes do país possibilitava o conhecimento da realidade brasileira de maneira indelével, na opinião do senador mato-grossense

Júlio Campos sugere retorno do Projeto Rondon, em nova versão

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem a retomada do Projeto Rondon, pois, a seu ver, "permanecem vivas todas as condições que determinaram a sua criação". Conforme lembrou, o projeto, extinto em 1989, colocava jovens universitários frente a frente com a realidade no interior do Brasil, por meio de *campi* espalhados pelo país, especialmente nas áreas mais carentes de profissionais e de infra-estrutura.

De acordo com Júlio Campos, esses *campi* funcionavam como pólos que rece-



Campos: projeto era pedagógico

biam jovens universitários, normalmente em fase de conclusão de cursos, que estagiavam

na região, conhecendo suas carências e sua gente, a quem prestavam os mais variados serviços. "O Projeto Rondon era pedagógico por definição, tendo no conhecimento da realidade brasileira sua lição mais importante", disse.

- Integrar este nosso país continental será sempre tarefa primordial de todos os brasileiros. Fomos capazes de construir uma cultura, sendo tributários de um mesmo legado, mas a preservação dessas conquistas requer esforço contínuo. Devemos ampliar as fronteiras do saber, do bem-es-

tar, do acesso à educação, das condições razoáveis de atendimento na saúde e de oportunidades de emprego - sustentou.

Na opinião do senador, como os tempos são outros, "nada mais natural" que o Projeto Rondon volte reciclado, transformado e modificado em alguns pontos. "O importante é que se dê oportunidade aos jovens estudantes brasileiros de concluírem seu curso de graduação com um algo mais de suma importância, tanto para a formação acadêmico-profissional quanto para a constituição de verdadeiros cidadãos", assinalou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Romeu Tuma (PFL-SP) sobre o contrato temporário de trabalho em votação no Senado (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - "Brasília 35 anos" - documentário histórico sobre os 35 anos de construção de Brasília (reapresentação)
- 8h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 9h - "Fala Cidadão" (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Romeu Tuma (PFL-SP) (reapresentação)
- 10h - "História da Humanidade" - documentário sobre a origem do homem (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Edgar Freitag, de Palotina, Paraná, critica a medida provisória que libera o trabalho aos domingos e pergunta se os senadores trabalhariam nos fins de semana.

Senador José Agripino (PFL-RN): Sou inteiramente favorável ao trabalho aos domingos, desde que seja voluntário e que o trabalhador seja retribuído convenientemente, como acontece nas nações desenvolvidas. No Brasil, país que busca a globalização, a eficiência e a competição, é natural que o empregado ganhe mais e proporcione maiores rendimentos à empresa trabalhando aos domingos.

Quanto ao Parlamento, acredito que o Senado e a Câmara dos Deputados não fazem nenhum favor em trabalhar nos fins de semana



José Agripino

para aprovar matérias de interesse nacional. Tal atitude vai sinalizar à economia internacional que as reformas no Brasil vão passar, que o Estado brasileiro vai reequilibrar-se e que vale a pena investir com segurança no país. Por isso, sou franca e amplamente favorável a que o Congresso trabalhe nos sábados e domingos.

Senador Nabor Júnior (PMDB-AC): Em princípio, sou inteiramente favorável à

livre negociação entre patrões e empregados sobre o trabalho aos domingos. Essa proposta parte, normalmente, dos diretores lojistas, do sindicato dos proprietários de estabelecimentos comerciais, de supermercados, *shoppings* etc. Tem havido sempre reação por parte dos sindicatos dos empregados no comércio. Mas, perto do Natal, do Dia das Crianças e de outras datas comemorativas, empregados e empregadores têm chegado a um entendimento.

Quanto ao Senado, não há necessidade de trabalhar aos domingos, a não ser em caráter excepcional. Na época da Constituinte trabalhou-se muito nos fins de semana. Eu era constituinte e participei de muitas sessões dominicais presididas pelo deputado Ulysses Guimarães.

Rotineiramente, porém, não



Nabor Júnior

veja necessidade de o Senado trabalhar nos fins de semana.

Senador Júlio Campos (PFL-MT): Várias atividades no mundo funcionam aos domingos, mas, no Brasil, que é um país de tradição religiosa, isso não é fácil. O trabalho nos fins de semana poderia funcionar a contento nos *shoppings* e supermercados, mas, em outras atividades, seria muito difícil de ser implantado.

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Senador diz que combate à praga vassoura-de-bruxa, que sempre ameaçou as plantações do sul da Bahia, e clonagem de mudas sadias permitirão a retomada da produção da principal fonte de receita da região

Waldeck prevê recuperação da lavoura cacaueteira

Maldaner condena corte de recursos na educação

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que "a educação, como prática abrangente e extensiva, é a única forma de se forjar uma grande nação", de modo que ela representa uma área que deve ser consistentemente fortalecida. Conforme o senador, o corte de cerca de R\$ 6 bilhões de recursos orçamentários, anunciado pelo governo nesta semana, promove "um início de ano mergulhado na dívida e na incerteza".

Em matéria de educação, na opinião de Maldaner, não há mais o que discutir. Trata-se, a seu ver, de educar maciçamente a população, para qualificar mão-de-obra e corrigir desigualdades sociais.

A educação haverá de resolver nossas questões sociais de base, pois permitirá ao trabalhador novas perspectivas



Maldaner: momentos de incerteza

de trabalho e renda, hoje inaccessíveis à maioria de nossa gente iletrada - disse.

Para o senador, a economia moderna premia cada vez mais a qualificação profissional e, inversamente, "castiga os despreparados". Nesse sentido, o Brasil, por seu número de não-escolarizados, "vê-se duplamente onerado: em seus próprios cidadãos, subempregados, e como nação subdesenvolvida".

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse ontem que, depois de anos de crise, a lavoura cacaueteira do sul da Bahia deve melhorar consideravelmente a sua produtividade e voltar a firmar-se como um dos grandes pólos de desenvolvimento do Nordeste. Segundo ele, a vassoura-de-bruxa, praga que sempre ameaçou as plantações de cacau e foi responsável pelo declínio da produção da fruta, está sendo eficazmente combatida com as linhas de recursos destinadas pelo governo federal para esse fim. Tal fato ocorre, como acentuou, desde a implantação de técnicas que visam à clonagem das mudas em substituição às sementes plantadas e em crescimento, que já estão prejudicadas pela vassoura-de-bruxa.

"Os jardins de clonagem", conforme se denomina o programa de recuperação baseado em pesquisas da Ceplac, já estão substituindo as plantas comprometidas pela vas-



Waldeck Ornelas: economia forte

soura-de-bruxa. Ao lado dos reduzidos preços internacionais pagos pelos importadores de cacau, a praga é a maior responsável pela decadência da lavoura cacaueteira, assinalou Waldeck Ornelas.

A propósito, Waldeck ressaltou recente visita que o governador da Bahia, Paulo Souto, fez ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para apresentar os resultados das pesquisas sobre o cacau, reivindicando ainda a liberação de recursos já destinados àquele programa de recuperação desde 1994. Na época, o senador Antonio Carlos

Magalhães liderou uma luta junto ao Executivo para viabilizar a execução de todo o programa, que ainda deve receber recursos da ordem de R\$ 210 milhões para nova orientação e finalização das atividades.

De acordo com o senador, Paulo Souto levou ainda ao conhecimento do secretário Pedro Parente o otimismo com que a população e os produtores de cacau e outras atividades agrícolas do sul da Bahia vislumbram uma nova realidade, não só com a recuperação da lavoura cacaueteira, como também pela implementação de fábricas de calçados e de equipamentos esportivos em Itabuna e em diversos municípios baianos, fato que levará à geração de milhares de empregos.

Waldeck Ornelas acrescentou que também o incremento do turismo no sul da Bahia é outro fato alentador para o futuro econômico daquela região baiana.

Alcântara registra 70º aniversário de *O Povo*

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) homenageou ontem o jornal cearense *O Povo* pelo transcurso do 70º aniversário da sua criação, afirmando que essa publicação sempre foi marcada pela "defesa intransigente dos interesses comunitários, da democracia e da liberdade".

Alcântara afirmou que, mesmo enfrentando dificulda-

des, numa região onde as possibilidades de sustentação de uma empresa de comunicação "não são tão grandes", *O Povo* é um jornal pioneiro. O senador lembrou que o veículo possui um *ombudsman*, que é encarregado de fiscalizar toda a edição, apontando erros e equívocos, além da existência de uma carta de princípios, que norteia a linha editorial do jornal.

Falando também em nome dos senadores cearenses Sérgio Machado (PSDB) e Beni Veras (PSDB), Lúcio Alcântara informou que haverá um ato ecumênico na Catedral de Fortaleza para lembrar a data. Na direção dos trabalhos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se às homenagens ao jornal.



Alcântara enalteceu o jornal

Hollanda elogia atenção ao sistema penitenciário

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso "percorre o bom caminho, ao haver inaugurado o presídio de segurança máxima de Bangu III, na cidade do Rio de Janeiro". Lembrando que essa é a mais moderna penitenciária do continente, com capacidade para abrigar 900 sentenciados perigosos, o parlamentar disse que se trata de um dos 53 presídios construídos com recursos do governo federal.

A essa obra se seguirá Bangu IV, também para 900 presos, a ser concluída ainda em 1998, além de outras três, com capacidade total

para 1.800 reclusos, o que significará mais de 3 mil novas vagas na rede penitenciária do Rio de Janeiro, conforme Hollanda. Ele disse que o governo está promovendo também a reforma de outras 22 penitenciárias e a construção de 52 novas unidades, em outros estados, utilizando recursos do BNDES.

- Trata-se do prosseguimento do projeto nacional que objetiva a recuperação dos presos, no mesmo passo em que se processam as iniciativas tendentes à redução da criminalidade e à atualização de nossa política criminal - observou o senador.

Segundo Hollanda, a população carcerária brasileira reu-



Hollanda: recuperação dos presídios

ne cerca de 126 mil internos. Desses, 45 mil são considerados perigosos, entre os quais 27 mil cumprindo penas elevadas ou sendo reincentes em crimes de natureza grave. O senador afirmou que apenas 10% dos internos têm condições de exercer algum trabalho.